



BRASÍLIA, MON AMOUR

Arquitetura brasileira após 8 de janeiro

<http://dx.doi.org/10.25091/S01013300202400030007>

EDUARDO AUGUSTO COSTA*

RESUMO

Este artigo argumenta que parte de textos escritos em resposta aos atos golpistas de 8 de janeiro são expressões de uma tradição disciplinar originária do Renascimento, em que a defesa da abstração evidencia o divórcio dos seres humanos com a natureza. Em seguida, propõe que o conceito de inconsciente material pode ser uma estratégia de revisão historiográfica para a arquitetura no contexto do Antropoceno.

PALAVRAS-CHAVE: *arquitetura; historiografia; Brasília; história ambiental; inconsciente material*

Brasília, Mon Amour: Brazilian Architecture After January 8th

ABSTRACT

This paper argues that some texts written in response to the coup act of January 8 are expressions of a disciplinary tradition that originated in the Renaissance, in which the defense of abstraction highlights the severance of humans and nature. Then it proposes that the concept of unconscious material can be a historiographical revision strategy for architecture in the context of the Anthropocene.

KEYWORDS: *architecture; historiography; Brasília; environmental history; material unconscious*

[*] Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: eduardocosta@usp.br

INTRODUÇÃO

[...] *a incapacidade de cumprir o luto do que já está morto é terrível; e não mais precisamente, é mortal.*
(Déborah Danowski; Eduardo Viveiros de Castro, “Há um mundo por vir?”, 2014)

A reação pública diante da tentativa de golpe do dia 8 de janeiro de 2023 foi rápida e enérgica, como não poderia deixar de ser. Os noticiários nacionais e internacionais se debruçaram sobre o tema e os poderes constitucionais não deixaram de se unir para execrar e reagir ao ocorrido. No âmbito da crítica, a tônica que dominou as páginas de jornais e revistas, assim como os programas de

televisão e rádio e as mídias sociais, foi a defesa da democracia. Uma bandeira incontestada não apenas como contraposição ao disparate fascista da ação encampada por radicais nacionalistas, mas também como reação necessária à corrosão dos direitos sociais que se aprofundou no decorrer da última década (Souza, 2019; Nunes, 2022; Nobre, 2022).

Arquitetos, historiadores da arquitetura e críticos não se furtaram ao tema. No sábado seguinte ao ocorrido, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou um artigo da professora e artista Giselle Beiguelman em que esta apresenta uma reflexão sobre os sentidos dos atos em sua relação com a cultura. Descrevendo o “aleatório da violência”, argumenta que os atos golpistas revelam o “desprezo e o ódio contra a cultura” e realçam a necessidade de debatermos a relação entre direito à memória e direito ao espaço público (Beiguelman, 2023). Como conclusão, sugere que as obras de arte vandalizadas pelos golpistas — desde a tela *As mulatas*, de Di Cavalcanti, perfurada sete vezes pela turba odienta, até a arquitetura projetada por Oscar Niemeyer — sejam revisitadas e investidas de narrativas dissidentes das oficiais, já que ainda hoje são articuladas numa tradição moderna. Compreensão semelhante aparece no artigo dos professores Guilherme Wisnik e Raquel Rolnik (2023), quando afirmam que “teremos que reposicionar o simbolismo de Brasília sabendo que o pacto histórico que ela representa foi rompido”. A reflexão desses autores, e em especial a de Beiguelman, sinaliza uma perspectiva importante não só para a arquitetura enquanto campo disciplinar, mas também para o futuro da capital do país e de suas obras.

No polo oposto, os artigos de Silvio Oksman (2023), Hugo Segawa (2023) e Nadia Somekh (2023) defendem mais objetivamente o modernismo de Brasília e, a bem da verdade, são uma reação a um artigo do economista Roberto Macedo (2023), que defendia a substituição dos vidros dos palácios da Praça dos Três Poderes por alvenaria, cercas e sólidas portas metálicas. Esse segundo conjunto de textos é uma resposta ao vandalismo perpetrado contra as edificações, mas é também uma reação ao que se pode denominar um segundo ataque, dessa vez circunscrito aos domínios historiográficos e teóricos da arquitetura. Em seus argumentos, os autores deixam claro que a cidade de Brasília e a arquitetura de Oscar Niemeyer são uma expressão *sui generis* de valores inerentes ao campo disciplinar. Fato que se torna ainda mais cristalino quando sabemos que a autora de um desses artigos era presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR). O texto de Nadia Somekh soa, portanto, como a própria voz da categoria, bradando em justa defesa do arquiteto Oscar Niemeyer, um dos nomes mais importantes da arquitetura brasileira.

Não por acaso, esse segundo conjunto de textos reforça o entendimento que se tem de Brasília como patrimônio nacional construído. É fato que a defesa de um conjunto inscrito na lista de patrimônios mundiais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), é indispensável para a recomposição da ordem democrática na sociedade brasileira. É alentador, portanto, que, concomitantemente à recriação do Ministério da Cultura, em 2023, o arquiteto e professor Andrey Rosenthal Schlee, nomeado para a direção do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do Iphan, tenha redigido um artigo em defesa da cidade, da arquitetura e das obras de arte danificadas. Em “Sem democracia não há patrimônio” (2023), título emprestado de uma manifestação nas mídias sociais do Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo (CPC-USP), dirigido pela professora doutora Flávia Brito do Nascimento, especialista em memória e patrimônio, Schlee relata os acontecimentos do dia 8 de janeiro, as ações emergenciais de recuperação do patrimônio e os encaminhamentos empreendidos pelo Iphan para a sua preservação. Sem sombra de dúvidas, nesse caso, trata-se de um ajuste de contas com o público interessado e de uma repactuação do compromisso e da contribuição dos arquitetos para o campo patrimonial, a coisa pública e a democracia.

Esse segundo conjunto de textos, mais alinhado ao modernismo de Brasília e da arquitetura dos palácios projetados por Oscar Niemeyer, guarda contornos ainda mais particulares sobre o campo disciplinar e nos informa do lugar da arquitetura no contexto brasileiro contemporâneo. Para além da incontornável necessidade de defesa da democracia, os textos apresentados por arquitetos, historiadores da arquitetura e críticos reconhecem que a perspectiva plástica e estética da arquitetura de Brasília é a manifestação simbólica do próprio pacto político da sociedade brasileira. Dentro desse horizonte, Alexandre Benoit e Francesca Angiolillo (2023) recuperam um projeto de Oscar Niemeyer para a Praça dos Três Poderes, anterior ao concurso de Brasília, que não foi executado. Argumentam que a não execução desse projeto revelaria a dimensão humanista do projeto político brasileiro, que acabou se manifestando na escolha e na construção da Brasília concebida por Lucio Costa. Ao qualificar o urbanista como o mentor dos ideais manifestados na cidade, os autores restabelecem o entendimento de que, para Costa, “o espaço deveria dar a expressão plástica exata a esse ideal político moderno” (Benoit; Angiolillo, 2023). O que os autores argumentam, portanto, é que a expressão plástica manifestada no plano urbano de Brasília seria a própria expressão da democracia, golpeada em 8 de janeiro de 2023.

Opera-se, desse modo, um duplo movimento em prol do modernismo brasileiro representado por Brasília: de um lado, revigora-se o papel de Lucio Costa, autor do Plano Piloto;¹ de outro lado, recupera-se a ideia de que a arquitetura seria o “carro-chefe, no campo das artes” do esforço de “ruptura com as desigualdades herdadas das antigas elites agrárias” (Benoit; Angiolillo, 2023), compreendendo sua manifestação como uma obra de arte total, aos moldes da *Gesamtkunstwerk* mobilizada pelos arquitetos do início do século XX (Debbane, 2021). Exemplo eloquente dessa perspectiva é o artigo do professor doutor Eduardo Rossetti (2023). Para ele, o “arranjo formal” do conjunto dos edifícios, dispostos em “cadência ritmada”, constitui uma sofisticada “estratégia de composição arquitetônica”, garantindo a aderência simbólica à cultura nacional, em sua função eminentemente democrática.

Esse segundo conjunto de artigos publicados logo após a tentativa de golpe de 8 de janeiro revela perspectivas ainda latentes na historiografia brasileira dedicada à arquitetura. Identifica-se aqui um movimento de parte dos arquitetos, historiadores da arquitetura e críticos para restituir um pretenso valor irreduzível, ancorado em Brasília e em seus edifícios. A consequência desse movimento pode ser caracterizada como um curto-circuito. Os autores desejam se contrapor ao movimento golpista do 8 de janeiro, renovando o sentido de Brasília como expressão civilizatória de um projeto democrático, mas a restituição proposta exclui da reflexão debates como o da presença dos indígenas naquele território (Tavares, 2020). Os autores sustentam uma repactuação de valores oficiais e modernos sobre aquela arquitetura e não o necessário reposicionamento do simbolismo da capital do Brasil. Ao exaltar a dimensão formal e abstrata do conjunto, sem considerar ganhos historiográficos e processos históricos incontornáveis, eles tendem a contribuir e não se opor à destruição de conquistas significativas da nossa sociedade — como as que identificamos na Constituição Federal de 1988. Afinal, a Brasília contemporânea que vimos ser atacada pelos golpistas não é a cidade que foi inaugurada em 21 de abril de 1960.

O alerta de Beiguelman, Wisnik e Rolnik ganha assim novos significados, como se pode notar de forma mais clara na seguinte passagem: “É fato que grande parte do patrimônio atacado é modernista e que o tema é prenhe de contradições. Essas contradições vão da ideia de Brasília como ocupação do ‘puro vazio’ até as diversas histórias da arte que vêm problematizando as narrativas do modernismo brasileiro” (Beiguelman, 2023).

A defesa do patrimônio singularizado em Brasília é incontestável. Defender a cidade e sua arquitetura é premissa para o exercício e a defesa da memória e da democracia. Mas o que esse polo antagônico nos provoca

[1] Tomando-o como principal mentor da modernidade expressa pela capital, os autores não consideram as revisões e os debates críticos das últimas décadas. Ver, entre outros, Ana Luiza Nobre (2004), Adrian Gorelik (2005), Stanislaus von Moos (2012) e Paulo Tavares (2022).

a pensar diz respeito à necessária revisão da nossa sociedade, nossas práticas, nossas vidas, nossos valores, a partir de Brasília e sua arquitetura. É alinhado à argumentação de Beiguelman, Wisnik e Rolnik que proponho, a seguir, uma reflexão sobre nossas perspectivas historiográficas no âmbito da arquitetura. Uma forma de luto, como sugerem Danowski e Viveiros de Castro na epígrafe deste texto. Para tanto, tomo o Renascimento como origem da formulação de certa abstração moderna, quando se estabeleceu um divórcio entre os seres humanos e a natureza, e proponho o reposicionamento do simbolismo de Brasília pelo que denomino *inconsciente material*.

TRADIÇÃO DISCIPLINAR

Foi necessário 1 milhão de metros cúbicos de concreto, e foram necessárias 100 mil toneladas de ferro redondo, e foram necessários milhares e milhares de sacos de cimento, e 500 mil metros cúbicos de areia, e 2 mil quilômetros de fios. E 1 milhão de metros cúbicos de brita foi necessário, e 400 quilômetros de laminados, e toneladas e toneladas de madeira foram necessárias.

(Antônio Carlos Jobim e Vinicius de Moraes,
“Brasília, Sinfonia da Alvorada”, 1961)

Para compreender a defesa da restituição de um pretenso valor irredutível e abstrato que Brasília representaria do ponto de vista da arquitetura, como evidenciado no segundo conjunto de textos publicados no âmbito do 8 de janeiro, é preciso retroceder aos modos como a própria disciplina se disseminou a partir do Renascimento europeu. Esse movimento se deve ao fato de que parte dos argumentos desses textos se origina na tratadística renascentista.

O Renascimento é um ponto nodal e fundamental para esse debate, pois foi a partir da impressão e da publicação dos tratados de Vitrúvio (datado de I a.C.) e Leon Battista Alberti (escrito entre 1443 e 1452) que o ensino de arquitetura se popularizou e alguns de seus preceitos fundamentais se disseminaram (Carpo, 2001). É notório que a compreensão da arquitetura foi reposicionada de um para o outro, especialmente pela circulação e popularização que ambos alcançaram após a invenção dos tipos móveis em metal (Tavares, 2016). O que se observa é a formulação de uma lógica projetual ancorada na abstração. O saber construtivo que antes estava ligado à prática do canteiro de obras, às relações de trabalho e à experiência direta com a natureza é substituído pela razão analítica, abstrata, deslocada da experiência direta com os ecossistemas.

No caso do tratado vitruviano (Vitrúvio, 2019), é conhecida a sua estrutura calcada em três princípios básicos: *utilitas, firmitas e venustas*,

ou seja, estabilidade, função e beleza (D'Agostino, 2011). Reconhecemos, assim, as dimensões projetuais e simbólicas como elementos protagonistas no âmbito disciplinar, no qual a construção se colocava como elemento central do ofício dos arquitetos, garantindo seu valor indelével e intrínseco à cultura moderna. Ainda que crítico ao seu antecessor, Alberti apresenta características muito similares em seu tratado e beleza, ornamento e harmonia são apresentados como os fundamentos da arquitetura (Loewen, 2013).

No entanto, apesar das congruências e semelhanças, o tratado de Alberti faz uma sinalização dissonante da do vitruviano. No conjunto de sua obra, o arquiteto italiano reserva um de seus dez livros ao tema dos materiais, destacando as qualidades físicas e técnicas — *esforços e despesas* — de recursos como cal, areia, pedra, madeira, ferro, cobre, chumbo, vidro e similares. É nesse ponto que se verifica a fundação de uma tradição técnica da modernidade — hoje difundida nos currículos acadêmicos pelas disciplinas dedicadas à *resistência dos materiais* — que foi basilar para a abstração matemática da engenharia solicitada na construção dos palácios de Brasília.

Vitrúvio também considera os materiais, mas Alberti trata do assunto de forma mais qualificada, ponderando sobre a disponibilidade dos recursos, numa perspectiva aparentemente mais atenta à natureza. Esse aspecto é mais bem identificado na seguinte passagem: “Com certeza não será possível encontrar facilmente em todos os lugares tais materiais e prontos para serem usados conforme os *nossos planos*. Cícero nos informa que a Ásia sempre possui estátuas e edifícios maravilhosos, porque tinha mármore em abundância” (Alberti, 2012, p. 96; grifo nosso). E conclui:

não se encontram em toda área uma quantidade igual de pedra, areia etc.; mas, conforme os lugares, varia a disposição dos materiais e sua qualidade. Deve-se então aproveitar daquilo que se encontra em quantidade suficiente, e se deverá cuidar quando fizer isso: em primeiro lugar, procurando os materiais mais manuseáveis e convenientes, mediante uma escolha cuidadosa; em segundo lugar, utilizando aqueles que são mais apropriados para o edifício que se pretende construir, distribuindo cada um conforme o lugar que lhe corresponde. (Alberti, 2012, pp. 96-7)

A ponderação apresentada por Alberti é fundamental para a administração dos recursos naturais, mesmo que isso seja um empecilho para os projetos de Lourenço de Médici, a quem é dedicado o tratado. Essa perspectiva evidencia um ponto singular. Ainda que necessária à reflexão do arquiteto, a disponibilidade dos recursos foi tomada de forma muito marginal pelo pensamento moderno, que acabou por abstrair cada vez mais da natureza. Se a missão moderna do arquiteto

é abrir “saídas para todas as regiões do mundo” e, assim, permitir aos seres humanos “compartilhar entre si, reciprocamente, todas as coisas que contribuíam para o bem-estar e o teor da vida: produtos da terra, perfumes, pedras preciosas, experiências e ideias acerca das coisas” (Alberti, 2012, p. 30), à natureza só restou o papel de fonte de extração para o arquiteto cumprir sua missão sem restrições. Pôr em prática seus projetos, a ocupação e o domínio do território. O domínio da espécie humana sobre tudo e todos.

A leitura dos tratados renascentistas do ponto de vista dos recursos naturais revela como a cultura moderna privilegiou valores construtivos, simbólicos e estéticos, excluindo qualquer atenção para com a relação do ser humano com a natureza, como se ele próprio não fosse parte constitutiva dela. Essa perspectiva tem uma grande tradição e ramificações nas teorias e nos projetos de arquitetura — desde o Renascimento até os delírios contemporâneos gerados em computador (como Dubai), passando pelos projetos neoclássicos do século XVIII (como os de Étienne-Louis Boullée) e os formalismos modernos da primeira metade do século XX (como o neoplasticismo do holandês Gerrit Rietveld). Não é por acaso que Le Corbusier — cultuado pelos arquitetos modernos no Brasil — defina a arquitetura como o “jogo sábio, correto e magnífico dos volumes reunidos sob a luz” (Le Corbusier, 1977, p. 13). Predomina a razão abstrata e objetiva, como no diálogo imaginado por Paul Valéry entre Sócrates e Fedro:

O homem, digo-te eu, fabrica por abstração, ignorando e esquecendo grande parte das qualidades daquilo que emprega, atento unicamente às condições claras e nítidas que possam, na maior parte das vezes, ser simultaneamente satisfeitas, não por uma única, mas por muitas espécies de matéria. (Valéry, 1996, p. 125)

Para a cultura moderna, a natureza é um outro descolado do ser humano, um contratempo, um obstáculo.

O descolamento entre humanidade e natureza é inerente às teorias modernas que tiveram repercussão no Brasil. Teorias que estavam ainda muito ativas no período de elaboração e construção de Brasília e que também são constitutivas da argumentação apresentada por parte dos críticos que se manifestaram após os atos golpistas de 8 de janeiro, pois permitem a defesa de expressões formais, cadências, composições e simbolismos.

Apesar do sensível avanço historiográfico das últimas décadas, são raros os debates sobre os recursos disponíveis ao trabalho dos arquitetos, que encaram o mundo, a natureza, como um capital à disposição de suas criações. Um recurso inextinguível. Uma exceção à regra é o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo professor doutor Fernando

Luiz Lara (2020), que traz para o centro do debate não apenas a abstração, mas também a questão do manejo dos recursos naturais (Lara, 2020). O que vemos, afinal, é o que alguns teóricos contemporâneos (Latour, 2020; Haraway, 2023; Cadena, 2015) vêm problematizando sobre a nossa relação com o mundo: a natureza não é levada em consideração, seja em debates, seja em projetos; ela é tratada como uma abstração, uma riqueza destinada à execução dos “nossos planos”, como diz Alberti (2012, p. 96). É *commodity* e nada mais.

Ao debater o princípio da acumulação infinita como elemento essencial da cultura ocidental moderna, Luiz Marques (2018) delinea muito bem a questão. “Livre da gravidade da matéria, isto é, dos produtos, bens e serviços reais, e finalmente mesmo da moeda, a acumulação galgou abstrações estratosféricas” (Marques, 2018, p. 591). Especialista em Renascimento — coincidência nada fortuita —, o historiador da arte deixa muito claro que a nossa relação com o mundo é determinada pelo extrativismo, a matéria perde todo o seu valor real em favor da beleza das abstrações. Marques ainda reforça os motivos que nos levaram a tal investida:

O capitalismo triunfou em toda a parte na Idade Contemporânea porque foi capaz de oferecer à sociedade europeia e depois à esmagadora maioria da humanidade (volente nolente) a resposta mais eficaz [...] aos perenes problemas de escassez e de hostilidade da natureza, aí incluídas as ameaças provenientes da própria espécie humana. (Marques, 2018, p. 587)

A reflexão de Marques é uma resposta aos movimentos expansionistas e extrativistas sem precedentes das últimas décadas, culminando na emergência climática que vivemos hoje. A agenda da estabilidade, da função e da beleza opera como uma doutrina em favor de um sentido de mundo abstrato, de onde seria possível extrair valor em benefício de uma pretensa segurança para o ser humano. A expressão plástica desse ideal político moderno, conflagrada no arranjo formal, na cadência ritmada e na composição, é a representação máxima do nosso divórcio com a natureza. Não por menos, Alberti afirma que “o desenho não depende intrinsecamente do material” (Alberti, 2012, p. 35). Expressão de uma opção, pretensamente civilizatória, que ganhou concretude e escala no projeto moderno e se manifestou exemplarmente na construção de Brasília, cujos palácios de formas puras e brancas fazem pouca ou nenhuma referência aos materiais empregados em sua realização.

Aqui vale reforçar o alerta: não se pode confundir a dramática situação ambiental produzida pela abstração moderna com o inequívoco valor da cidade planejada por Lucio Costa e da arquitetura de Oscar Niemeyer. Afinal, são expressões singulares do nosso patrimônio

nio nacional — e, por que não?, mundial. O artigo 216 da Constituição Federal de 1988 é claro quanto à importância de se compreender a memória como expressão das diferentes manifestações e grupos formadores da sociedade brasileira. O convívio e a presença de tais valores são fundamentais para a nossa democracia. Defender Brasília é ponto inequívoco, irrefutável.

Por outro lado, é também preciso reconhecer que a resposta necessária à tentativa de golpe do 8 de janeiro e da destruição da arquitetura de Brasília não pode ser a pura e simples repactuação dos mesmos valores modernos que nos fizeram chegar até aqui. Não é mais possível, como foi outrora, entoar versos hoje quase apocalípticos, como os escritos por Antônio Carlos Jobim e Vinicius de Moraes em “Brasília, Sinfonia da Alvorada”, sem nos sensibilizarmos com a violência da presença do ser humano na natureza que nos levou ao hoje disputado conceito de Antropoceno. Tais versos continuam relevantes para a nossa cultura. Como Brasília, eles são imanentes à nossa essência. Mas devem ser entoados apenas como documento histórico de uma época. Afinal, compreendemos bem, ou deveríamos compreender, as consequências ambientais da desregulada extração de recursos — como a mineração de ferro, material imprescindível ao processo de urbanização do país, tão bem representado por Brasília em suas estruturas de concreto armado.²

Nesse sentido, vale observar que a mineração adquiriu um outro estatuto durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek. A sequência de fatos não deixa dúvidas. Como esclarece Iran Ferreira Machado e Silvia Figueirôa (2020), ainda como governador de Minas Gerais, Kubitschek buscou tirar o estado de sua condição agropastoril, centrando suas ações no binômio energia e transporte. Já como presidente, criou em 1957 os primeiros cursos de geologia do Brasil, dando relevância à área em seu Plano de Metas,³ e três meses depois da inauguração da nova capital criou o Ministério de Minas e Energia.⁴ Há aqui uma relação direta de causa e efeito que vincula um maior conhecimento dos recursos naturais ao processo de urbanização do Brasil. Apesar do avanço da indústria de base durante o governo de Getúlio Vargas e o consequente processo de urbanização do país, Brasília é a expressão eloquente do ponto de giro de um processo de radicalização da extração e do consumo da natureza, tomada como recurso. Uma abstração da natureza que culminaria tanto na escala implacável de extração empreendida durante a ditadura civil-militar quanto no *boom* das *commodities* no primeiro decênio do século XXI.

Do ponto de vista da arquitetura, e diante dos recentes eventos climáticos extremos, é no mínimo incongruente a manutenção dessa perspectiva que prioriza o “nosso plano”. É incongruente a manutenção de preceitos modernos, entoados repetidamente por

[2] O rompimento da barragem de rejeitos de mineração na cidade de Mariana, no dia 5 de novembro de 2015, está aí para nos recordar das consequências da desregulada extração de recursos.

[3] Apresentado em 30 de junho de 1958.

[4] Lei n. 3.782, de 22 de julho de 1960.

profissionais e acadêmicos, sem debatermos quais as consequências dessa forma de projetar na relação com a vida — com a nossa e a de outras espécies. É incongruente com a agenda política contemporânea, seja a do Norte global, seja a do Sul global. Não há perspectiva em que a arquitetura seja participe desse processo sem uma reflexão qualificada e atualizada sobre qual projeto queremos para nossas cidades e construções, sobre quais são os limites dessa nossa relação com a natureza. Trata-se do lugar dos seres humanos no mundo.

Em artigo que já se tornou um clássico da história do meio ambiente, o historiador indiano Dipesh Chakrabarty chama a atenção para o alerta dos historiadores Michael Geyer e Charles Bright de que a humanidade não é uma só e o ser humano não é um só (Chakrabarty, 2009, p. 214). Chakrabarty lembra que existem distintas condições sociais, econômicas e políticas que nos fazem estabelecer dinâmicas diferentes com a natureza, ainda que, inevitavelmente, inseridas na lógica do capital: “a hipótese geológica sobre o antropoceno exige que coloquemos as histórias globais do capital em diálogo com a história das espécies humanas” (Chakrabarty, 2009, p. 212). As responsabilidades, portanto, não são homogêneas. É preciso ponderar as diferentes situações e participações dos seres humanos no Antropoceno, essa condição geológica da Terra provocada pela nossa força perturbadora.⁵

É com esse horizonte que se apresenta aqui uma perspectiva teórica que pode nos ajudar a reposicionar nossas perspectivas de país e — por que não? — de mundo a partir de Brasília. Buscamos, desse modo, contribuir para reafirmar a importância da arquitetura como disciplina intrínseca e indispensável à democracia e ao futuro da sociedade — da nossa espécie, se quisermos —, mas sem cair na armadilha de querer trazer de volta um passado que jamais existiu.

INCONSCIENTE MATERIAL

Fernando Luiz Lara, num breve ensaio sobre a relação entre o uso da madeira e a arquitetura moderna brasileira, ressalta a invisibilidade desse material na produção nacional (Lara, 2018, pp. 168-75). Uma invisibilidade que não se deve à falta de projetos exemplares — dentre os quais, eu incluiria a escada projetada por Lina Bo Bardi para o Solar do Unhão, em Salvador — ou de dedicação dos historiadores da arquitetura. A invisibilidade está na relação da madeira com o concreto armado, protagonista da arquitetura brasileira e tão bem representado nos palácios de Brasília: incalculáveis metros cúbicos de madeira (de floresta) foram necessários para executar as formas no processo de concretagem. O invisível — a madeira — é o material escondido, mas é também o pressuposto para a existência do outro — o concreto armado. Assim, apresenta-se-nos a possibilidade

[5] Em votação da Subcomissão Estratigráfica do Quaternário da União Internacional das Ciências Geológicas, decidiu-se que não estamos no Antropoceno. No entanto, historiadores ambientais consideram que o termo é importante para a compreensão do que estamos vivendo com a chamada crise climática (Zhong, 2024).

de observar algo que esteve ali e, ao mesmo tempo, está inscrito no material visível, como uma máscara mortuária.

Ocorre o mesmo com os vergalhões de aço: vemos apenas aquilo que se apresenta na superfície visível, ou seja, as formas brancas e abstratas do concreto armado. A apreensão da obra causa estranheza sem um prévio treinamento, já que o funcionamento estrutural não corresponde — tectonicamente — àquilo que se pode inferir da nossa experiência visual no mundo vivido. A relação entre objeto e observador pressupõe, portanto, uma outra elaboração, uma abstração. É justamente essa mudança em relação à percepção das coisas — uma mudança epistemológica — que proponho aqui, com Beiguelman, Wisnik e Rolnik, como um meio de reposicionar o campo a partir de Brasília. Trata-se de tomar consciência, de tornar visível na obra o que antes se mantinha inacessível, inconsciente, pela prevalência da abstração: a natureza na obra, a obra na natureza. Para tanto, observa-se movimentos recentes de outros campos disciplinares.

As professoras de ciências políticas Diana Coole e Samantha Frost, em coletânea sobre os novos materialismos, argumentam que a cultura anglófona privilegiou nos últimos anos “linguagem, discurso, cultura e valores” (Colle; Frost, 2010, p. 3). As ciências humanas, especialmente a história, exigiram mudanças importantes para o seu reposicionamento de sentido diante das agendas políticas e sociais da segunda metade do século XX. A história, especificamente, trouxe para si metodologias da antropologia e da linguística, permitindo a avaliação de documentos até então marginais aos debates historiográficos (Novaes; Silva, 2011; 2013). Não é de se estranhar, portanto, que tais mudanças tenham influenciado a história da arquitetura, que se valeu e ainda se vale de tais métodos — como observamos em livros como os de Ana Lanna (2022) ou Fernando Atique (2019). Do mesmo modo, a historiografia da arquitetura não se furtou de conceituar e debater teoricamente tais mudanças historiográficas (Castro; Silva, 2016; Costa, 2021; Mortimer; Costa, 2023).

No entanto, Coole e Frost identificam um certo esgotamento de tal perspectiva, ou limitação, e reconhecem que as agendas contemporâneas, especialmente aquelas ligadas à presença do homem no mundo, impuseram novos debates e, com eles, novos métodos de trabalho. Assim, propõem uma clivagem entre o ser humano e os recursos naturais, as matérias. Para as autoras, essa outra abordagem metodológica

significa retornar às questões mais fundamentais sobre a natureza da matéria e o lugar dos humanos encarnados em um mundo material; significa prestar atenção aos desenvolvimentos nas ciências naturais, bem como atender às transformações nas formas como atualmente produzimos, reproduzimos e consumimos nosso ambiente material. (Colle; Frost, 2010, p. 3)

O que se propõe, portanto, é uma mudança de perspectiva que reconheça a nossa presença num mundo cercado de materiais e direcione a reflexão para a relação do ser humano com as ciências naturais. Trata-se da repactuação entre história humana e história natural que historiadores ambientais, climatologistas e outros cientistas vêm advogando como forma de nos reposicionarmos social e cientificamente (Gómez-Barris, 2017; Pádua, 2010). Para uma disciplina como a arquitetura, que é responsável por uma grande parte do consumo dos recursos naturais do planeta, nada mais fundamental do que pensar sobre aquilo que mobilizamos em nossos projetos, nossas construções. Materiais e energias. Trata-se, portanto, de uma mudança de perspectiva que não implica uma revalorização dos atributos estáticos, típicos da ciência moderna e ainda muito presentes no âmbito da arquitetura. Trata-se, ao contrário, de pensar sobre a nossa relação com a natureza, em que a mediação com os materiais se dá num diálogo com a vida, com a presença da vida na Terra. Abre-se, aqui, a possibilidade de postular questões e endereçar problemas a objetos novos ou mesmo já muito conhecidos de nós.

Em abordagem similar à de Coole e Frost, a revista *The Art Bulletin* publicou um número especial dedicado ao que se denominou, naquela ocasião, *materialidade*. O conjunto de textos apresentados deixa evidente a articulação teórica com os objetos, com sua perspectiva material. Nesse sentido, a visualidade de uma fotografia dá lugar à própria prata que a conforma, muito provavelmente extraída de minas do México, Peru ou China. A perspectiva formal e ergonômica de um teclado de computador dá lugar ao plástico, derivado da indústria petroquímica. Um livro é também celulose extraída de plantações e clarificadas com alvejantes altamente poluentes. Trata-se, desse modo, de um deslocamento em que os objetos e seus materiais não representam apenas expressões abstratas de um valor (Martin, 2010; Picon, 2020), mas são também documentos concretos da presença do ser humano no mundo — até então extrativista e predatória (Holly, 2013).

Se, por um lado, o campo disciplinar da arquitetura prezou as coisas por sua qualidade simbólica, abstrata, o que se propõe aqui é uma clivagem de consciência que permita reposicionar nosso lugar no mundo, que solicite um outro olhar e desvele algo que lhe é inerente, mas que não estamos acostumados ou treinados a ver — um *inconsciente material*.⁶ Afinal, o que vemos não é só forma, é também presença.

Como ignorar que minas de calcário foram exploradas para fornecer cimento para a construção da nova capital, como em Cocalzinho de Goiás, cidade a pouco mais de 100 quilômetros de Brasília que nasceu em torno da fábrica da Votorantim? Como não reco-

[6] Alusão direta ao termo inconsciente ótico, cunhado por Walter Benjamin (1994).

nhecer que a capacidade produtiva da indústria do vidro e, consequentemente, do consumo de carbonato de sódio no país aumentou por causa dos palácios de Brasília? Nessa seara, poderíamos incluir também a política rodoviarista de Juscelino Kubitschek, que estimulou o consumo no Brasil de combustíveis fósseis, plásticos, químicos e minérios.

Não há como ignorar que as construções de Brasília são expressões culturais de um dado período e contexto e, portanto, têm em si um valor simbólico extraordinário. Também não há como ignorar que elas são uma aposta no desenvolvimentismo nacional. Mas o que essa perspectiva teórica deseja é apontar possibilidades para lermos nossa presença no mundo em face do que vivemos hoje, além de postular uma nova forma de estar no mundo, reconhecendo que somos uma força geológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU A ARQUITETURA BRASILEIRA APÓS 8 DE JANEIRO

Como falar de Brasília depois de 8 de janeiro? Como falar da arquitetura brasileira após 8 de janeiro sem repactuar pressupostos, perspectivas teóricas, metodológicas e projetuais alinhadas ao discurso oficial, moderno? Se o pacto político que representava Brasília foi rompido e se o fato consumado demanda uma revisão do nosso projeto político, econômico e social, é preciso uma nova agenda teórica e projetual que contribua para uma relação mais harmônica da nossa presença no mundo. É preciso cumprir o luto daquilo que já está morto e reposicionar a nossa condição política no mundo.

O conceito de *inconsciente material* busca contribuir com uma renovação epistemológica da arquitetura, reposicionando a forma como pensamos, nos relacionamos e nos envolvemos com a natureza, mas também com as coisas, os seres humanos e não humanos, as ideias e os perspectivismos. Importante sublinhar tais aspectos, pois eles podem contribuir sensivelmente para outras formas de nos relacionarmos no e com o mundo, repactuando o lugar e a importância da arquitetura nas nossas agendas políticas globais e locais. Se eles reposicionam a arquitetura em sentido tanto produtivo como teórico e investigativo, também reposicionam o simbolismo de Brasília. Restauram os sentidos de democracia não mais a partir da abstração, mas da nossa presença no mundo, da nossa presença como natureza. Reatam os laços entre a história humana e a história natural. Abrem fronteiras de pesquisa e projetos — e a Brasília após 8 de janeiro serve de canteiro de reflexão sobre os sentidos a serem elaborados e disputados. Trata-se de uma perspectiva de revisão historiográfica que pode recalibrar o papel e a importância da história da arquitetura, mas também da própria arquitetura.

EDUARDO AUGUSTO COSTA [<https://orcid.org/0000-0002-7909-0496>] é professor do departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da FAU-USP, um dos coordenadores do laboratório Design, História, Matéria e Memória (DHMM).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alberti, Leon Battista. *Da arquitetura*. São Paulo: Hedra, 2012.
- Atique, Fernando. *Arquitetura evanescente: o desaparecimento de edifícios cariocas em perspectiva histórica*. São Paulo: Edusp, 2019.
- Beiguelman, Giselle. “Ataque a obras de arte revela ódio de golpistas contra a cultura”. *Folha de S.Paulo*, 14 jan. 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2023/01/ataque-a-obras-de-arte-revela-odio-de-golpistas-contra-a-cultura.shtml>>. Acesso em: 20/11/2023.
- Benjamin, Walter. “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”. In: Benjamin, Walter. *Obras escolhidas*, v. 1: *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- Benoit, Alexandre; Angiolillo, Francesca. “A tropa do atraso e a capital da esperança”. *Quatro cinco um*, 1 fev. 2023. Disponível em: <<https://quatrocinco.um.folha.uol.com.br/br/artigos/arquitetura-e-urbanismo/a-tropa-do-atraso-e-a-capital-da-esperanca>>. Acesso em: 20/11/2023.
- Cadena, Marisol de la. *Earth Beings: Ecologies of Practice across Andean Worlds*. Durham: Duke University Press, 2015.
- Carmo, Mario. *Architecture in the Age of Printing: Orality, Writing, Typography, and Printed Images in the History of Architectural Theory*. Cambridge: MIT Press, 2001.
- Castro, Ana Claudia Veiga de; Silva, Joana Mello de Carvalho e. “DOSSIÊ — Fazer história: o estatuto das fontes e o lugar dos acervos nas pesquisas de história de arquitetura e da cidade no Brasil.” In: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 24, n. 3, 2016, pp. 11-8. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-02672016v24n03do>>. Acesso em: 20/11/2023.
- Chakrabarty, Dipesh. “The Climate of History: Four Theses”. *Critical Inquiry*, v. 35, n. 2, 2009, pp. 197-222.
- Colle, Diana; Frost, Samantha. *New Materialisms: Ontology, Agency, and Politics*. Durham: Duke University Press, 2010.
- Costa, Eduardo. “Mudanças epistemológicas na arquitetura: entre arquivos, exposições e publicações”. *Estudos Históricos*, v. 34, n. 72, 2021, pp. 129-47. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S2178-149420210107>>. Acesso em: 20/11/2023.
- D’Agostino, Mário Henrique. *A beleza e o mármore: o tratado De Architectura de Vitruvius e o Renascimento*. São Paulo: Annablume Clássica, 2011.
- Danowski, Déborah; Castro, Eduardo Viveiros de. *Há um mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins*. Florianópolis: Cultura e Barbárie/ Instituto Socioambiental, 2014.
- Debbane, Livia (org.). *Boa Forma Gute Form: Design no Brasil, 1947-1968*. São Paulo: Martins Fontes, 2021.
- Gómez-Barris, Macarena. *The Extractive Zone: Social Ecologies and Decolonial Perspectives*. Durham: Duke University Press, 2017.
- Gorelik, Adrian. *Das vanguardas à Brasília: cultura urbana e arquitetura na América Latina*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

Editora responsável: Renata Francisco.

Recebido para publicação
em 28 de novembro de 2023.

Aprovado para publicação
em 16 de outubro de 2024.

NOVOS ESTUDOS

CEBRAP

130, set.—dez. 2024

pp. 525-540

- Haraway, Donna. *Ficar com o problema*. São Paulo: N-1, 2023.
- Holly, Michael Ann et al. "Notes from the Field: Materiality". *The Art Bulletin*, v. 95, n. 1, 2013, pp. 10-37.
- Jobim, Antônio Carlos; Moraes, Vinicius de. *Brasília, Sinfonia da Alvorada*. Rio de Janeiro: Columbia, 1961. LP 12" capa dupla gravado em nov. 1960 (ca. 38 min).
- Lanna, Ana Lucia Duarte. *Comer o pão, viver a cidade: classe, etnicidade e sociabilidades em São Paulo do início do século XX*. São Paulo: Alameda, 2022.
- Lara, Luiz Fernando. *Excepcionalidade do modernismo brasileiro*. São Paulo: Romano Guerra, 2018.
- Lara, Luiz Fernando. "American Mirror: the Occupation of the 'New World' and the Rise of Architecture as We Know It." *The Plan Journal*, v. 5, n. 1, 2020. Disponível em: <<https://www.doi.org/10.15274/tjpj.2020.05.01.5>>. Acesso em: 20/11/2023.
- Latour, Bruno. *Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno*. São Paulo: Ubu, 2020.
- Le Corbusier. *Por uma arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- Loewen, Andrea Burchidid. *Lux Pulchritudinis: sobre beleza e ornamento em Leon Battista Alberti*. São Paulo: Annablume, 2013.
- Macedo, Roberto. "Os vulneráveis edifícios envidraçados de Brasília". *Estadão*, 19 jan. 2023. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/opinio/roberto-macedo/os-vulneraveis-edificios-envidracados-de-brasilia/>>. Acesso em: 20/11/2023.
- Machado, Iran Ferreira; Figueirôa, Sílvia Fernanda de Mendonça. *História da mineração brasileira*. Curitiba: CRV, 2020.
- Marques, Luiz. *Capitalismo e colapso ambiental*. Campinas: Unicamp, 2018.
- Martin, Reinhold. *Utopia's Ghost. Architecture and Postmodernism, Again*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.
- Mortimer, Junia; Costa, Eduardo (orgs.). *Desvios da arquitetura: imagem e cultura contemporânea*. Belo Horizonte: UFMG, 2023.
- Nascimento, Flávia Brito. *Blocos de memórias: habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural*. São Paulo: Edusp, 2017.
- Nobre, Ana Luiza et al. (orgs.). *Lucio Costa: um modo de ser moderno*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- Nobre, Marcos. *Limites da democracia*. São Paulo: Todavia, 2022.
- Novaes, Fernando; Silva, Rogério da. *Nova história em perspectiva*, v. 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- Novaes, Fernando; Silva, Rogério da. *Nova história em perspectiva*, v.2: São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- Nunes, Rodrigo. *Do transe à vertigem: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição*. São Paulo: Ubu, 2022.
- Oksman, Silvio. "De quem é a culpa? Sobre a proposta de reforma dos palácios dos três poderes em Brasília". *Vitruvius: Drops*, ano 23, n. 184.07, 2023. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/drops/23.184/8695>>. Acesso em: 20/11/2023.
- Pádua, José Augusto. "The Theoretical Foundations of Environmental History". *Estudos Avançados*, v. 24, n. 68, 2010, pp. 81-101.
- Picon, Antoine. *The Materiality of Architecture*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2020.
- Rossetti, Eduardo Pierrotti. "Brasília, da alegria ao terror. Uso e dinâmica dos espaços de exceção". *Vitruvius: Minha Cidade*, ano 23, n. 270.02, 2023. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minha-cidade/23.270.02>>. Acesso em: 20/11/2023.

- nível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/23.270/8707>>. Acesso em: 20/11/2023.
- Schlee, Andrey Rosenthal. “Sem democracia não há patrimônio. Sobre o vandalismo nos palácios dos três poderes em Brasília”. *Vitruvius: Minha Cidade*, ano 23, n. 270.03, 2023. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/23.270/8713>>. Acesso em 20/11/2023.
- Segawa, Hugo. “Os vulneráveis pensamentos anacrônicos. Sobre a proposta de reforma dos palácios dos três poderes em Brasília”. *Vitruvius: Drops*, ano 23, n. 184.06, 2023. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/drops/23.184/8694>>. Acesso em: 20/11/2023.
- Somekh, Nadia. “Os edifícios de Brasília refletem o nosso projeto de país”. *Vitruvius: Drops*, ano 23, n. 184.05, 2023. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/drops/23.184/8693>>. Acesso em: 20/11/2023.
- Souza, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro*. São Paulo: Estação Brasil, 2019.
- Tavares, André. *Uma anatomia do livro de arquitetura*. Porto: Dafne, 2016.
- Tavares, Paulo. “A capital colonial”. *Zum: Revista de Fotografia*, 28 jul. 2020. Disponível em: <<https://revistazum.com.br/ensaios/a-capital-colonial/>> Acesso em: 20/11/2023.
- Tavares, Paulo. *Lucio Costa era racista? Notas sobre raça, colonialismo e a arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: N-1, 2022.
- Valéry, Paul. *Eupálinos ou o arquiteto*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.
- Vitrúvio. *Tratado de arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 2019.
- Von Moos, Stanislaus. “Rumo a uma retícula ‘chabra’”. In: Xavier, Alberto; Katinsky, Julio. *Brasília: antologia crítica*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.
- Wisnik, Guilherme; Rolnik, Raquel. “Instalar grades em palácios modernistas de Brasília seria um erro”. *Folha de S.Paulo*, 23 jan. 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2023/01/instalar-grades-em-palacios-modernistas-de-brasil-eria-seria-um-erro.shtml>>. Acesso em: 20/11/2023.
- Zhong, Raymond. “Are We in the ‘Anthropocene’, the Human Age? Nope, Scientists Say”. *The New York Times*, 5 mar. 2024. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2024/03/05/climate/anthropocene-epoch-vote-rejected.html>>. Acesso em: 9/9/2024.

